



**PUC**  
**RIO**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO**

**ESTUDO COMPARATIVO DOS RESULTADOS DE PROGRAMAS  
CONDICIONADOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA ADOTADOS NA  
AMÉRICA LATINA**

Marianna Chaves de Almeida

1710768

Orientador: José Márcio Camargo

Julho de 2021



**PUC**  
**RIO**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO**

**ESTUDO COMPARATIVO DOS RESULTADOS DE PROGRAMAS  
CONDICIONADOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA ADOTADOS NA  
AMÉRICA LATINA**

Marianna Chaves de Almeida

1710768

Orientador: José Márcio Camargo

Julho de 2021

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Alexandre e Marta, pelos conselhos, compreensão e por todo o incentivo que sempre me deram. Vocês são fundamentais para o meu crescimento como pessoa e como profissional.

À minha irmã, Manuela, pelo carinho e motivação de sempre, e ao meu namorado, Eduardo, pelo companheirismo, amor e apoio constantes.

Ao Departamento de Economia da PUC-Rio e ao professor José Márcio Camargo, pelos ensinamentos e auxílio durante a elaboração do presente trabalho.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2. CAPITAL HUMANO</b> .....	<b>9</b>
<b>3. CONTEXTO E ANÁLISE DE DIFERENTES PROGRAMAS SOCIAIS</b> .....	<b>12</b>
<b>3.1 OS DIFERENTES PROGRAMAS SOCIAIS</b> .....	<b>12</b>
<b>3.2 A ESCOLHA PELOS PROGRAMAS</b> .....	<b>14</b>
<b>3.3 DESCRIÇÃO E CONDICIONALIDADES</b> .....	<b>15</b>
<b>4. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>17</b>
<b>5. OS PROGRAMAS SOB O ÂMBITO MACROECONÔMICO</b> .....	<b>23</b>
<b>5.1 GASTOS VERSUS COBERTURA DA POPULAÇÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>5.2 GASTOS POR BENEFICIÁRIO</b> .....	<b>25</b>
<b>5.3 COBERTURA DO QUINTIL MAIS POBRE</b> .....	<b>26</b>
<b>5.4 EFEITOS SOBRE O NÍVEL DE POBREZA</b> .....	<b>27</b>
<b>6. OS EFEITOS SOBRE AS FAMÍLIAS</b> .....	<b>29</b>
<b>6.1 ADEQUAÇÃO DOS PROGRAMAS</b> .....	<b>29</b>
<b>6.2 COMPARAÇÃO DO BENEFÍCIO COM O SALÁRIO</b> .....	<b>30</b>
<b>7. CONCLUSÃO</b> .....	<b>32</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>34</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Porcentagem de pessoas pobres e indigentes na América Latina (esq.) e Número de pobres e indigentes na América Latina, em milhões de pessoas (dir.) .....	12
Figura 2 – Gastos em 2015 com programas de Social Safety Nets e programas condicionados de transferência de renda, em porcentagem do PIB .....	24
Figura 3 – Cobertura dos programas de Social Safety Nets em 2016, em porcentagem da população .....	24
Figura 4 -Comparativo de cobertura dos programas de Social Safety Nets, em porcentagem da população, com os gastos com programas condicionados de transferência de renda, em porcentagem do PIB .....	25
Figura 5 – Incidência de benefícios dos programas de Social Safety Nets no quintil mais pobre da população em 2016.....	27
Figura 6 – Adequação dos programas de Social Safety Nets em 2016 .....	29

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Dados sobre gastos em termos de PIB, em dólares correntes, e cobertura dos programas como porcentagem da população.....	26
Tabela 2 – A redução na pobreza como resultado dos programas condicionados de transferência de renda.....	28
Tabela 3 – Valor das transferências segundo a Paridade do Poder de Compra em 201130	
Tabela 4 – Salário mínimo mensal em 2019 .....	30

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os resultados de diferentes programas condicionados de transferência de renda em países da América Latina. Esses programas adquiriram maior relevância na década de 1990, tendo sua importância justificada pelo fato de que são capazes de apresentar impactos de curto prazo, por fornecerem um aumento de renda para as famílias, ao mesmo tempo em que geram efeitos sobre o desenvolvimento de longo prazo, devido às suas condicionalidades associadas ao acúmulo de capital humano, bem como às suas consequências.

Buscando entender se alguns programas se mostram mais eficientes do que outros de estrutura e objetivos semelhantes, será realizado o estudo destes sob a ótica macroeconômica, em termos de gastos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e a cobertura da população atingida. Além disso, será analisado também em termos dos incentivos e do custo de oportunidade com os quais as famílias potencialmente beneficiárias se deparam. Para tanto, serão explorados os programas *Asignación Universal por Hijo*, Bolsa Família, *Familias en Acción* e *Prospera*, que são respectivos a Argentina, Brasil, Colômbia e México.

A estrutura da monografia a seguir é dividida em três seções: uma descrição sobre os programas condicionados de transferência de renda e as características daqueles que foram escolhidos, uma revisão da literatura acerca dos resultados dos programas, e a comparação dos programas no âmbito fiscal e em relação aos incentivos enfrentados pelas famílias.



## 2. CAPITAL HUMANO

Até os anos 1950, os modelos de desenvolvimento econômico consideravam basicamente os determinantes do crescimento como sendo capital físico e trabalho. Nesse tipo de modelo de crescimento, se a produtividade marginal de cada fator de produção é decrescente, países com maior renda per capita terão uma relação maior entre o estoque de capital físico e trabalho. Logo, terão produtividade marginal do capital menor do que em países nos quais essa relação entre capital físico e trabalho é menor. Dado que a taxa de retorno do capital é igual a produtividade marginal do capital, países mais ricos apresentarão taxa de retorno do capital menor do que em países mais pobres. Ou seja, devido a essa maior taxa de retorno do capital nos países mais pobres, deveria ocorrer uma migração do fluxo de capitais dos países ricos em direção aos países pobres, porém isso não era observado na prática. Assim, buscando aproximar-se da realidade, a questão sobre quais seriam os insumos corretos para o crescimento foi adquirindo relevância, e economistas como Jacob Mincer, Theodore Schultz e Gary Becker se dedicaram a esse questionamento.

Entre os anos 1950 e 1960, foi desenvolvida a Teoria do Capital Humano, a partir da qual começou-se a considerar que a produtividade de cada trabalhador será dada por uma função crescente de sua educação e de sua qualificação, isto é, seu capital humano. A partir dela, formalizou-se a importância da educação, uma vez que passou a ser compreendida como um dos determinantes da produtividade e desenvolvimento tanto a nível do indivíduo, quanto ao nível do país. Essa teoria evidencia que o fator relevante para o crescimento não é a quantidade de trabalhadores naquele país, mas sim qual é o estoque de capital humano. Assim, a educação deixa de ser considerada como bem de consumo e passa a ser analisada como um bem de capital, e compreendeu-se que o investimento nesse setor tem um papel fundamental na geração de crescimento econômico.

De acordo com Mincer (s.d.), o desenvolvimento da Teoria do Capital Humano foi uma resposta a dois desafios apresentados em relação aos estudos disponíveis sobre a teoria do desenvolvimento econômico e os entendimentos sobre distribuição de renda. O primeiro deles é que o crescimento observado nos fatores de capital físico e trabalho, os tradicionais determinantes do desenvolvimento, estava sendo menor do que o crescimento do produto em países como os Estados Unidos e outros que tinham longas séries

temporais de dados disponíveis. O segundo desafio é que dados de distribuição de renda entre as pessoas foram se tornando cada vez mais detalhados, evidenciando que a variação dos salários representava o maior componente da desigualdade de renda, e não a diferença “funcional” entre os retornos de capital e trabalho.

É importante ressaltar que o conceito de capital humano se faz relevante tanto na esfera macroeconômica, visto que o estoque de capital humano e sua taxa de crescimento são determinantes do crescimento econômico em um país, quanto na microeconômica, pois as diferenças no estoque e crescimento do capital humano dos indivíduos explicam grande parte da variação dos salários e da distribuição de renda na população. A análise envolvendo capital humano diz respeito a habilidades e conhecimentos adquiridos nas vivências dentro de casa e também na educação formal obtida ao frequentar a escola, e como toda decisão econômica, está sempre relacionada com a avaliação dos custos e benefícios envolvidos. No caso da educação, os custos não envolvem apenas o valor monetário associado a frequentar a escola, como o gasto com materiais, por exemplo, mas também o ganho que a criança poderia obter caso tivesse optado por trabalhar, e não estudar – ou seja, o custo de oportunidade daquela escolha.

Dado que os frutos na produção e consumo advindas dessas atividades ocorrem majoritariamente no futuro, a aquisição de capital humano é uma forma de investimento. Isso revela que uma vez que alguns indivíduos invistam mais em capital humano do que outros, seu estoque no futuro será maior, o que significa que terão mais habilidades e conhecimentos. Por isso, eles poderão ser mais produtivos, e por consequência serão mais atrativos aos olhos dos empregadores, o que justifica maiores salários. Dessa forma, os indivíduos e as famílias optarão por manter seus filhos nas escolas na medida em que perceberem a taxa de retorno desse investimento em educação como positiva, e superior ao custo de oportunidade com o qual se deparam ao não direcionarem os filhos para o mercado de trabalho.

Tendo em vista que a consolidação da Teoria do Capital Humano reforçou que o investimento em educação pode viabilizar crescimento econômico, os formuladores de políticas públicas, especialmente nos países mais pobres, começaram a se voltar para o desenho de programas que assegurassem que as pessoas tivessem incentivos para manter seus filhos nas escolas. Isso porque beneficiaria tanto a essas famílias, cujos filhos poderiam ter maior renda, quanto ao país como um todo, que teria maior possibilidade de se tornar mais produtivo, e por consequência, mais desenvolvido. Nesse contexto, surgem

os programas condicionados de transferência de renda, através dos quais os participantes são elegíveis para receberem um benefício (normalmente, monetário) desde que cumpram com algumas condicionalidades, que costumam ser associadas a frequência e aprovação escolar. Esse tipo de programa é de grande importância uma vez que oferece um ganho para as famílias no curto prazo, ao mesmo tempo em que gera um resultado positivo de longo prazo, pois o objetivo é que um maior estoque de capital humano na população proporcione maior crescimento econômico no futuro. O capítulo a seguir apresentará uma discussão sobre diferentes tipos de políticas voltadas para a acumulação de capital humano e seus resultados, bem como a exposição das características e condicionalidades estabelecidas por diferentes países na definição de seus programas.

### 3. CONTEXTO E ANÁLISE DE DIFERENTES PROGRAMAS SOCIAIS

O período entre os anos 1980 e 2000 representou um momento de altos níveis de pobreza entre os países da América Latina. Conforme disponível no gráfico abaixo, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>1</sup>, a proporção de pobres e indigentes na América Latina no ano de 1990 atingiu mais de 48% da população, o que é equivalente a 204 milhões de pessoas. Nesse cenário, foi se consolidando o debate acerca do papel de políticas públicas no combate à pobreza, tanto no que tange a um alívio no curto prazo, quanto gerando efeitos duradouros de redução sobre os níveis de pobreza nesses países.

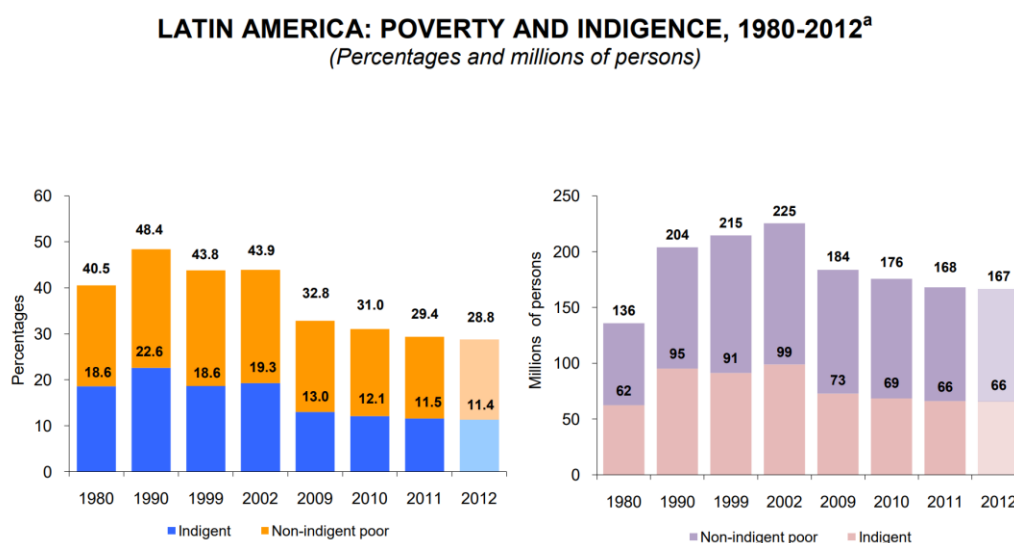


Figura 1 – Porcentagem de pessoas pobres e indigentes na América Latina (esq.) e Número de pobres e indigentes na América Latina, em milhões de pessoas (dir.)

#### 3.1 OS DIFERENTES PROGRAMAS SOCIAIS

Buscando entender como diferentes políticas públicas podem apresentar efeitos distintos sobre os níveis de investimento e acumulação de capital humano entre as famílias, Camargo e Almeida (1994) analisam os efeitos de três programas: um aumento

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/gi/files/48459-grafico-evolucion-pobreza-indigencia-en.pdf.%20Acesso%20em%2012/04/2021>. Acesso em 20 abr. 2021.

na qualidade do sistema educacional, um subsídio para a família manter a criança na escola (programa de transferência condicionada de renda) e uma transferência de renda para a família. Para tanto, utilizam um modelo envolvendo dois períodos, no qual a família decide investir em capital humano no período atual porque isso aumentará sua renda no período futuro. Os autores definem as famílias pobres como aquelas que não poupam e que gostariam de tomar crédito para aumentar sua renda presente. No entanto, como não têm acesso ao mercado de crédito, apresentam nível de consumo presente menor do que o desejado.

Em sua análise, identificam que um aumento na qualidade do ensino tem um efeito ambíguo sobre o investimento em capital humano, pois se a poupança das famílias é positiva, esse aumento na qualidade tem um efeito ambíguo no retorno marginal do investimento em capital humano, e se a poupança é zero, mesmo se garantirmos que o retorno do investimento em capital humano é crescente, o efeito ambíguo permanece. Isso ocorre porque as famílias pobres enfrentam um trade-off entre consumo presente e investimento em capital humano, portanto apenas conseguem aumentar seu capital humano se ficarem mais pobres atualmente. Sendo assim, pode ser que as famílias escolham reduzir o investimento em capital humano uma vez que tenha ocorrido esse aumento na qualidade do sistema educacional.

Em relação a modalidade de transferência incondicional de renda para a família, Camargo e Almeida argumentam que este apenas alivia o trade-off entre o investimento em capital humano e o consumo presente, e não tem efeito sobre o investimento em capital humano. Esse tipo de programa, portanto, teria êxito apenas no curto prazo, por meio do efeito renda nas famílias, e não seria capaz de gerar consequências duradouras no futuro. A política de subsídio para educação também tem esse efeito de redução do trade-off entre investimento em capital humano e consumo presente, porém ainda apresenta a vantagem de que é capaz de reduzir o custo marginal do investimento em capital humano. Isso ocorre porque a redução no custo de oportunidade de estar na escola reduz o custo marginal do tempo dedicado a educação, portanto aumenta o investimento em capital humano. Como famílias pobres enfrentam sério trade-off entre investir em capital humano e consumir no presente, elas tendem a investir menos em capital humano, perpetuando, assim, os níveis de pobreza. Dessa forma, políticas que promovam um aumento no investimento em capital humano são mais relevantes socialmente dado que são capazes de gerar efeitos de longo prazo sobre os níveis de

pobreza, o que torna, entre os três programas analisados, o subsídio para educação o mais efetivo.

Assim, diante de um cenário de alta pobreza tal qual o enfrentado pela América Latina nas últimas décadas do século XX, os programas de transferência condicionada de renda, ao atuarem como um subsídio para assegurar que as famílias mandarão seus filhos para a escola, e portanto, investirão em capital humano, surgem como uma solução efetiva para reduzir esses níveis de pobreza e viabilizar, ainda que a passos curtos, maiores níveis de desenvolvimento nesses países. Conforme ressaltado por Camargo e Ferreira (2001), o objetivo subjacente a tipo de programa é aliviar a condição de pobreza das famílias no médio prazo sem que o Estado precise intervir, dado que, em países como o Brasil, a taxa de retorno do capital humano dessas famílias é alta, pois o estoque de capital humano é baixo. Com isso, a ideia é que os recursos necessários para esse tipo de programa sejam cada vez menores e que seu sucesso seja a causa para que não precisem mais existir, uma vez que a acumulação de capital humano na sociedade permitiria uma redução na pobreza e consequente desenvolvimento econômico, reduzindo a necessidade futura da existência desses programas.

### **3.2 A ESCOLHA PELOS PROGRAMAS**

A seleção dos países e seus respectivos programas condicionados de transferência de renda a serem analisados no presente trabalho foi baseada, primeiramente, no critério geográfico de fazerem parte da América Latina. Após isso, foram verificadas as condicionalidades requeridas por cada um deles para garantir que todos fossem associados principalmente a educação, mas os escolhidos também têm por fator comum condicionalidades no âmbito da saúde e/ou nutrição. Por fim, conforme apontado no Panorama Social da América Latina 2019 (*Social Panorama of Latin America 2019*) desenvolvido pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (*Economic Commission for Latin America and the Caribbean*, ECLAC), um ponto comum aos quatro países selecionados é que possuem estrutura federativa ou com alto grau de autonomia para as unidades subnacionais de governo. Além disso, como ressaltado por Cecchini (2009), os programas de transferência condicionada de renda requerem um contexto institucional mais sólido por necessitarem de coordenação

entre os diferentes setores e unidades do Estado, devido aos repasses de recursos e fiscalização e acompanhamento dos programas, por exemplo. Sendo assim, os países selecionados são Argentina, Brasil, Colômbia e México, e nos parágrafos a seguir serão expostas as características e condicionalidades associadas a cada um deles.

### 3.3 DESCRIÇÃO E CONDICIONALIDADES

O programa *Asignación Universal por Hijo* foi implementado em outubro de 2009 na Argentina. É focado em crianças de famílias pobres não participantes do setor formal da economia, tendo por objetivo expandir a rede de proteção social para aqueles em maior situação de vulnerabilidade, que normalmente está associada aos empregos informais. O programa consiste em um benefício monetário concedido por criança de famílias pobres nas quais nenhum dos pais seja participante da economia formal, limitado a cinco crianças por família. O pagamento é dividido em duas partes: 80% é distribuído mensalmente e os outros 20% são pagos anualmente, uma vez que as condicionalidades de presença escolar, vacinação e visitas médicas sejam atendidas. Em dados de 2015, o valor da transferência por criança é de 837 dólares.

O Bolsa Família, criado no Brasil em 2003, tem por base o antigo Bolsa Escola e oferece diferentes benefícios conforme a configuração familiar. O programa busca combater a pobreza e a fome, além de viabilizar o acesso aos serviços da rede pública, especialmente a saúde, educação, segurança alimentar e assistência social. A população alvo são as famílias extremamente pobres e pobres, desde que estas últimas tenham pelo menos uma criança ou gestante em sua composição. Suas condicionalidades envolvem presença escolar mínima para aqueles entre 6 e 15 anos, cuidados pré e pós natal para gestantes e vacinação obrigatória para crianças entre 0 e 7 anos. Para se candidatar, é preciso que as famílias se inscrevam no sistema chamado Cadastro Único e mantenham seus dados atualizados, e após isso é feita a análise pelo Ministério da Cidadania para definir os beneficiários do programa.

O *Prospera*, anteriormente chamado *Progresá* entre 1997 e 2002, e *Oportunidades*, entre 2002 e 2014, é o programa mexicano de transferência condicionada de renda. O benefício é mensalmente concedido às famílias pobres, especificamente às mães dessas famílias, e é associado às condicionalidades de presença escolar, visitas regulares ao médico e apoio nutricional. Uma vez que as

famílias se tornam beneficiárias, a avaliação de conformidade aos requisitos é feita a cada dois meses pelos órgãos e secretarias responsáveis. Seu objetivo é garantir direitos sociais àqueles que vivem em condições de pobreza, viabilizando o acesso à saúde, educação e alimentação, aumentando o bem-estar e qualidade de vida no médio e longo prazo dessa população.

O programa colombiano *Familias en Acción*, implementado em 2002, almeja aumentar os níveis de saúde e nutrição entre as crianças de 0 a 6 anos, e os de educação para aqueles entre 7 e 17 anos, sendo focado em famílias pobres e principalmente de localidades rurais. A transferência de renda é condicionada à presença escolar mínima de 80% para as crianças entre 7 e 17 anos, e o valor do benefício depende se a criança está no ensino primário ou secundário. Para as crianças entre 0 e 6 anos, o benefício é concedido mensalmente e é condicional ao comparecimento em consultas médicas regulares e vacinação para as crianças, além de participação em cursos de higiene, nutrição e contracepção para as mães.



#### 4. REVISÃO DE LITERATURA

Conforme exposto anteriormente, visando o combate aos altos níveis de pobreza, a transição dos anos 1990 para o início dos anos 2000 foi um momento de difusão dos programas de transferência condicionada de renda entre os países da América Latina. Os diferentes programas, apesar de possuírem características adequadas ao contexto de cada país, apresentam, como fator comum, a condicionalidade associada a educação. Estes baseiam-se em conceder benefícios para as famílias que assegurem que as crianças estejam frequentando as escolas, portanto acumulando capital humano, e não gerando renda por meio da participação no mercado de trabalho. O trabalho infantil é realimentado uma vez que as famílias mais pobres não consigam obter sua subsistência somente através da renda gerada pelo trabalho dos adultos, e acabem recorrendo a outras fontes de renda.

Nesse sentido, programas de transferência de renda focalizados na redução da pobreza podem ainda ter o efeito de diminuir as taxas de trabalho infantil, na medida em que reduzem a dependência da família sobre a renda obtida pela criança (Godde, 2015). Dessa forma, a escolha das famílias pela educação em detrimento do trabalho futuramente viabilizaria o acesso a melhores empregos, acarretando maiores níveis de riqueza e bem estar, quebrando, assim, o ciclo intergeracional de pobreza (Cecchini e Martínez, 2011). Nos parágrafos a seguir, serão apresentados efeitos identificados pela literatura a respeito de cada um dos programas a serem estudados – Argentina, Brasil, Colômbia e México, sobretudo no que tange a escolaridade.

Os benefícios concedidos pelos programas analisados estão sempre associados à condicionalidade de educação, que tem grande efeito sobre o bem estar e riqueza de um país por meio do acúmulo de capital humano. Nesse sentido, a ideia é que o aumento nos níveis de educação e indicadores de saúde viabilize maior qualidade de vida para as famílias beneficiárias, permitindo que elas quebrem o ciclo da pobreza, e assim, aquele país se desenvolva. No presente estudo, o foco se dará nos impactos relacionadas a condicionalidade de educação.

Damonte e Glave (2011) fizeram uma análise a respeito dos diferentes programas da América Latina, e ressaltam que mesmo após um século de sistemas de educação e saúde gratuitos, a pobreza ainda é observada em larga escala. Isso ocorre

devido ao alto custo de oportunidade que as famílias mais pobres enfrentam ao investirem nesses setores, portanto cabe aos programas de transferência condicionada de renda reduzir esses custos para viabilizar o acúmulo de capital humano por essas famílias e a consequente redução no nível de pobreza. Verificam que, em geral, esses programas conseguem aumentar a taxa de matrícula das crianças, bem como os níveis de utilização dos sistemas de saúde pelas famílias.

Glewwe e Kassouf (2008) analisaram os efeitos do Bolsa Escola/Família sobre indicadores de educação, comparando alunos de escolas com beneficiários do Bolsa Família e escolas sem alunos participantes do programa. Utilizam dados em painel para que as escolas possam ser acompanhadas com o passar do tempo, e dividem sua análise entre dois grupos: Séries 1 a 4 e Séries 5 a 8, sendo o segundo grupo aquele que apresenta maior custo de oportunidade de frequentar a escola. Para as Séries 1 a 4, estimam que, para as crianças de famílias elegíveis, a presença do Bolsa Família aumenta a taxa de matrícula em 6,5%, reduz a taxa de evasão em 0,7 pontos percentuais e aumenta a taxa de aprovação em 1,2 pontos percentuais. Além disso, contabilizam para efeitos que possam se acumular com o passar dos anos, à medida em que o programa está vigente há mais tempo, e identificam que o efeito do programa sobre a taxa de matrícula é de um aumento de 2,8% depois de um ano, 4,3% após dois anos e 5,5% depois de três anos. Com isso, o efeito estimado de longo prazo do Bolsa Família é de um aumento de 13% nas taxas de matrícula para as crianças das Séries 1 a 4 de famílias pobres.

Para as séries 5 a 8, ressaltam que a amostra é aproximadamente um terço menor do que o grupo anterior, o que é explicado pelo menor número de escolas que oferecem turmas das séries mais avançadas. Estimam que, para as crianças de famílias elegíveis, o Bolsa Família acarretou um aumento de 7,4 pontos percentuais na taxa de matrícula, e também tem o efeito de reduzir a taxa de evasão e aumentar a taxa de aprovação em aproximadamente 0,7%. Dessa forma, nota-se que o Bolsa Família é capaz de gerar um efeito positivo de longo prazo sobre as taxas de matrícula e aprovação e um impacto negativo sobre a evasão, portanto o programa está sendo capaz de criar os incentivos corretos para as famílias manterem seus filhos na escola.

Attanasio et al. (2006) realizaram uma análise do programa colombiano *Familias en Acción* para entender como sua presença afetou os níveis de presença

escolar e participação no mercado de trabalho para as crianças de famílias beneficiárias. Ressaltam que o valor da transferência oferecida pelo programa foi calculado de modo a substituir, pelo menos parcialmente, a renda que a família estaria abrindo mão ao colocar o filho na escola, uma vez que o aumento da presença escolar representa uma redução na participação em atividades geradoras de renda. Os autores identificam que o *Familias en Acción* acarretou um aumento de 5 a 7 pontos percentuais nas taxas de participação escolar para jovens entre 14 e 17 anos em áreas urbanas e rurais. Para as crianças de 8 a 13 anos, o aumento observado foi de 1 a 3 pontos percentuais.

Também identificaram que o programa colombiano tem o efeito de reduzir, em áreas urbanas, a participação dos filhos no trabalho doméstico em aproximadamente 10 a 13 pontos percentuais, e ressaltam que a redução observada no tempo dedicado ao trabalho (em sua maioria, doméstico) foi menor do que o aumento no tempo que a criança passa na escola. Isso indica que as famílias estão trocando outras atividades de seus filhos, como lazer, e não estão utilizando o benefício concedido pelo programa para substituir a renda obtida pela criança ao trabalhar. Sob essa perspectiva, o *Familias en Acción* não está criando os incentivos corretos para que o tempo gasto pelas crianças com trabalho possa ser substituído, em grande parte, pelo tempo gasto na escola.

Tendo em vista que o grau de substituição entre o trabalho e participação escolar é motivo de debate, ainda se encontra bastante divergência sobre esse efeito do programa sobre o trabalho infantil. O estudo de Quiroga Forero (2006) buscou analisar se o benefício dado pelo *Familias en Acción* influencia a opção da família pela escola ou trabalho, e identificou que a probabilidade de as crianças que recebem o benefício apenas trabalharem diminuiu, enquanto a probabilidade de que elas apenas estudem aumenta. Além disso, identifica também que as famílias participantes do programa têm menor probabilidade de mandarem seus filhos trabalharem durante momentos de crise ou grave situação financeira.

Skoufias e Parker (2001) conduziram uma avaliação dos resultados do programa *Progresá* (atualmente, *Prospera*) sobre educação, trabalho e alocação de tempo entre dois grupos de crianças: 8 a 11 anos (ensino primário) e 12 a 17 (ensino secundário). Sua análise é dividida entre 3 momentos de observação: Novembro de 1998, Junho de 1999 e Novembro de 1999. Seu estudo verifica que o programa teve como efeito uma redução na probabilidade de as crianças estarem trabalhando, além de

um aumento na presença escolar. Para os meninos de 8 a 11 anos, identificam que em Novembro de 1998, houve uma redução de 21% na probabilidade de trabalharem. Para os meninos de 12 a 17 anos, o efeito do *Progres*a foi de uma redução de 8,5% em Novembro de 1998 e Junho de 1999, e redução de 12,4% em Novembro de 1999. Para as meninas de 8 a 11 anos, o programa não parece ter nenhum impacto significativo, e para as meninas de 12 a 17 anos, o efeito sobre a probabilidade de trabalharem foi uma redução de 14% para a janela de Novembro de 1998 e 17% em Novembro de 1999. Dessa forma, pode-se verificar que o efeito estimado para ambos os sexos foi maior para as faixas de 12 a 17 anos. Este é um resultado interessante, tendo em vista que o grande desincentivo para as crianças frequentarem a escola, especialmente as mais velhas, é o trabalho, então o *Progres*a está tendo efeitos muito positivos sobre esse ponto.

Skoufias e Parker também verificaram o efeito do programa sobre a probabilidade de as crianças frequentarem a escola. Para os meninos de 8 a 11 anos, o efeito do *Progres*a foi um aumento da presença escolar em 1,3 pontos percentuais em Novembro de 1998 e 1,8 pontos percentuais em Novembro de 1999. Para as meninas da mesma faixa etária, não foi estimado efeito significativo sobre a probabilidade de frequentarem a escola. Os autores ressaltam, no entanto, que a frequência escolar dessa faixa etária já é bastante alta, então o baixo impacto estimado não é um problema. Para as famílias com crianças nessa faixa, portanto, a condicionalidade do programa não é tão importante quanto o efeito renda (ou seja, de curto prazo) que ele causa. Um ponto relevante é que em Novembro de 1998, o efeito do *Progres*a sobre a presença escolar de meninos de 8 a 11 anos é de um aumento de 1,3 pontos percentuais, efeito esse que possui magnitude igual a redução na probabilidade de estarem trabalhando, o que indica que impacto positivo na frequência escolar é resultado de os meninos estarem parando de trabalhar ao invés de combinarem escola e trabalho.

Para meninos de 12 a 17 anos, os efeitos são um aumento de 7,6%, 5,6% e 10,2% na presença escolar ao longo dos três períodos. Para as meninas de 12 a 17 anos, o efeito na primeira observação foi um aumento de 16%, e em Novembro de 1999, o aumento estimado foi de 19,8%. Nesse sentido, da mesma forma como na análise de impacto sobre a probabilidade de a criança estar trabalhando, o efeito estimado sobre a presença escolar para meninos e meninas foi maior para a faixa de 12 a 17 anos. Novamente, é importante ressaltar que como o maior efeito sobre presença escolar foi

identificado para o grupo de crianças mais velhas, o programa está sendo eficaz ao traçar os incentivos corretos para famílias, pois este é o grupo que enfrenta maior custo de oportunidade ao escolher frequentar a escola.

Parker e Vogl (s.d.) ressaltam a importância de quantificar os efeitos de longo prazo dos programas condicionados de transferência de renda, uma vez que um simples benefício monetário seria suficiente para enfrentar pobreza no presente, no entanto a condição de investimento no capital humano das crianças é o que possibilita também uma redução na pobreza no futuro – conforme anteriormente explicitado, esse resultado foi corroborado por Camargo e Almeida (1994). O estudo identificou efeitos positivos de longo prazo sobre os níveis de escolaridade, renda e situação econômica da geração de jovens que cresceu com o programa, além de um aumento de 40 pontos percentuais no salário das mulheres. Os autores ressaltam que caso os ganhos apresentados pelas mulheres sejam sustentados ao longo das gerações, eles seriam suficientes para cobrir os custos do *Progresá*. Nesse sentido, o programa está apresentando resultados positivos tanto no curto quanto no longo prazo, tendo efeito direto sobre o estoque de capital humano da população mais pobre, o que possibilita maior nível de bem estar, e consequente desenvolvimento da economia e superação da condição de pobreza no futuro.

Salvia et al. (2015) estimam uma série de efeitos do programa argentino *Asignación Universal por Hijo*, utilizando dados de 2010 a 2012. Seu estudo identifica que o programa teve como impacto uma redução no número de crianças que não frequentam as escolas, sendo esse efeito de 12,1 pontos percentuais para a faixa de 13 a 17 anos, e de 2,2 pontos percentuais para o grupo de 5 a 12 anos, ou seja, sendo mais relevante para as crianças mais velhas. Como ressaltado por Damonte e Glave (2011), o papel dos programas de transferência condicionada de renda é reduzir os custos de oportunidade desses jovens estarem nas escolas, custo esse que é maior conforme a idade da criança vai aumentando e ela vai se tornando apta a trabalhar e contribuir com a renda da família. Além disso, Salvia et al. verificam um efeito positivo, porém mais tímido, sobre a redução do trabalho infantil, que supõem ser causado pela incapacidade do benefício de viabilizar toda a inclusão social necessária para a família. É importante ressaltar que a redução do trabalho infantil não é um dos objetivos diretos do programa, no entanto este pode acabar sendo reduzido devido a condicionalidade associada a presença escolar e a substituição que ocorre entre o tempo dedicado ao trabalho e aquele

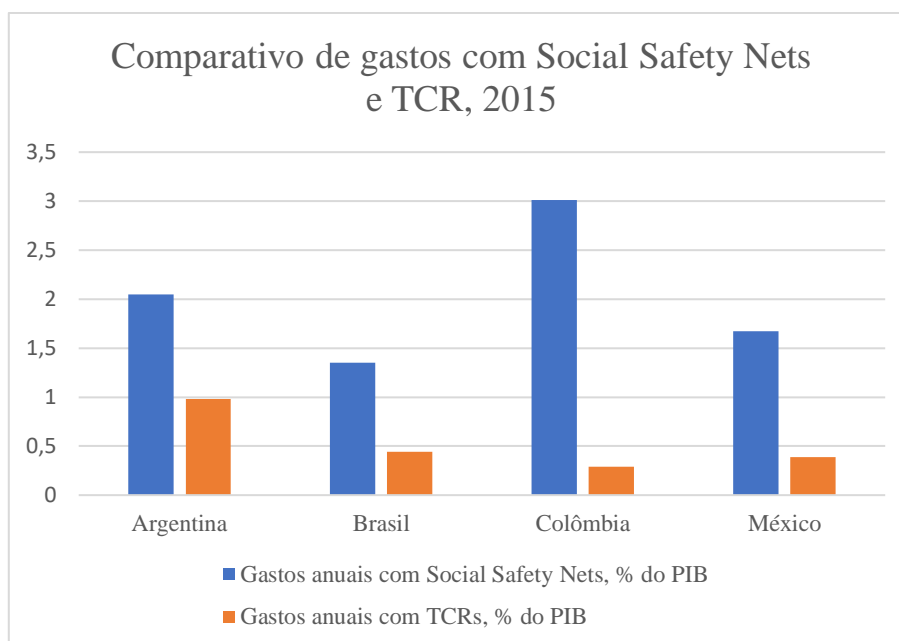
dedicado a escola, além de que o aumento na renda familiar pode fazer com que não necessitem mais que as crianças trabalhem, e possam apenas estudar.

## 5. OS PROGRAMAS SOB O ÂMBITO MACROECONÔMICO

### 5.1 GASTOS VERSUS COBERTURA DA POPULAÇÃO

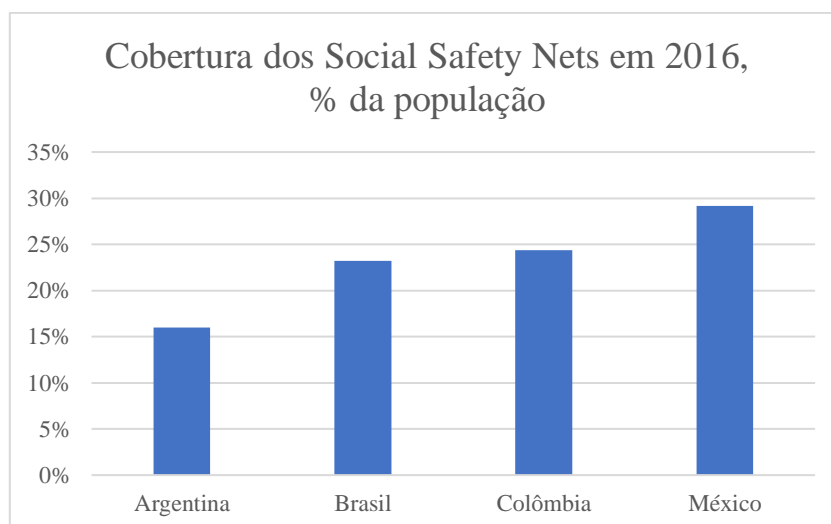
Para um estudo dos programas sob a ótica macroeconômica, nesta seção será analisado o gasto percentual dos governos com os programas de transferência condicionada de renda em comparação com a cobertura oferecida para a população. Para isso, será utilizado o livro *The State of Social Safety Nets 2018*, do Banco Mundial, que apresenta dados e análises a respeito dos *Social Safety Net Programs* ao redor do mundo. Estes são programas de natureza não contributiva cujo objetivo é ajudar indivíduos ou famílias que vivem em situação de vulnerabilidade ou pobreza, englobando programas de transferência condicional e incondicional de renda, pensões sociais, programas de alimentação, trabalho público e isenções de taxas.

Tendo por base as informações disponíveis no Apêndice D do referido livro, foi elaborado o gráfico apresentado abaixo, contendo, nas barras em azul, os níveis percentuais de gastos dos países com os *Social Safety Net Programs* no ano de 2015. Nele, é possível verificar que a Colômbia é o país que destina maior proporção de seu PIB com esses gastos, com um total de 3,01%, seguido pela Argentina, com 2,05%, México, com 1,67%, e, por fim, o Brasil, com 1,35%. Nas barras em laranja, são expostos os gastos anuais dos países com programas de transferência condicionada de renda (TCR) como proporção de seu PIB. Esses dados demonstram que o país que mais gastou com TCRs em 2015 foi a Argentina, com 0,98%, depois o Brasil, com 0,44%, e em seguida vem o México e Colômbia, com 0,39% e 0,29%, respectivamente.



*Figura 2 – Gastos em 2015 com programas de Social Safety Nets e programas condicionados de transferência de renda, em porcentagem do PIB*

Para a análise a respeito do número de beneficiários de cada um dos programas em relação a população total, serão utilizados dados abertos do Banco Mundial. É importante ressaltar que devido a indisponibilidade de dados para todos os países estudados no ano de 2015, serão utilizadas as informações referentes a 2016.



*Figura 3 – Cobertura dos programas de Social Safety Nets em 2016, em porcentagem da população*

Tendo em vista os gráficos apresentados, uma primeira comparação entre os programas dos países estudados pode ser feita no âmbito fiscal. O gráfico de dispersão a seguir ilustra essa relação ao verificar a relação observada entre o gasto percentual do PIB



com os programas condicionados de transferência de renda, em comparação com a proporção da população que é atingida por cada um desses programas.

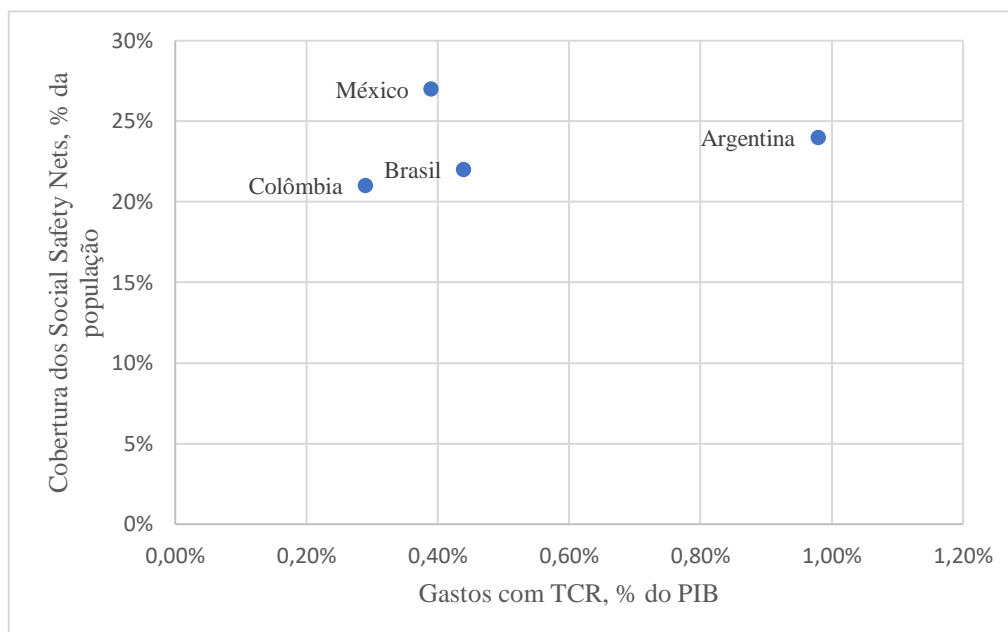


Figura 4 -Comparativo de cobertura dos programas de Social Safety Nets, em porcentagem da população, com os gastos com programas condicionados de transferência de renda, em porcentagem do PIB

Na figura acima, pode-se verificar que apesar de o Brasil e o México apresentarem taxas próximas de gastos percentuais do PIB com TCR, com 0,44 e 0,39 %, respectivamente, o México foi capaz de apresentar cobertura mais significativa da população, atingindo quase 30%, enquanto o Brasil atinge apenas 23%. Sendo assim, em termos fiscais, pode-se perceber que o *Prospera* é mais eficiente do que o Bolsa Família.

## 5.2 GASTOS POR BENEFICIÁRIO

Além disso, pode-se também analisar o gasto por beneficiário em termos de PIB que cada um dos países tem com os programas de proteção social. A partir dos dados abertos do Banco Mundial e do livro *The State of Social Safety Nets 2018*, e acrescentando informações sobre o PIB dos países em dólares americanos correntes, foi elaborada a tabela apresentada a seguir.

	Argentina	Brasil	Colômbia	México
PIB, dólares correntes	594.749.285.413,21	1.802.214.373.741,32	293.481.748.240,78	1.171.867.608.197,72
Gastos com TCRs, % do PIB	0,98%	0,44%	0,29%	0,39%
Gastos com TCRs, dólares correntes	5.828.542.997,05	7.929.743.244,46	851.097.069,90	4.570.283.671,97
Cobertura dos programas de <i>Social Safety Nets</i> , % da população	16%	23%	24%	29%
População total	43.131.966	204.471.769	47.520.667	121.858.258
Cobertura dos TCRs em número de pessoas	6.896.801,36	47.417.003,23	11.580.786,55	35.558.239,68
Gasto por beneficiário com TCRs, dólares correntes	845,1081436	167,2341714	73,49216449	128,5295254

Tabela 1 – Dados sobre gastos em termos de PIB, em dólares correntes, e cobertura dos programas como porcentagem da população

É possível verificar que a Argentina é o país que apresentou maior gasto por beneficiário com seu programa condicionado de transferência de renda, gastando aproximadamente 845 dólares no ano de 2015. Em seguida, com um valor quase quatro vezes menor, há o Brasil, com um gasto de 167 dólares por beneficiário. Em terceiro e quarto lugares estão o México e a Colômbia, com, respectivamente, 128 e 73 dólares. Dessa forma, nota-se que a Argentina é o país que dedica maior porcentagem de seu PIB com os programas condicionados de transferência de renda, que atinge menor porcentagem de sua população com o programa, além de ser o país que apresenta maior gasto por beneficiário com o programa. Isso revela que, comparativamente, o *Asignación Universal por Hijo* está sendo o programa mais custoso em termos de PIB e proporção de beneficiários entre os países analisados.

### 5.3 COBERTURA DO QUINTIL MAIS POBRE

Conforme explicado em capítulos anteriores, os objetivos dos programas condicionados de transferência de renda são voltados para reduzir a pobreza e combater o ciclo intergeracional de pobreza, para que possam ter efeitos significativos de longo prazo. O bom funcionamento dos programas requer um desenho bem feito, além de

instrumentos de monitoramento para que seja possível garantir que os benefícios sejam distribuídos para os grupos corretos, e não ocorram desperdícios de recursos devido a má focalização. Para verificar como está se dando a cobertura dos programas, serão utilizados dados do Banco Mundial que apresentam a incidência dos programas de *Social Safety Nets* no quintil mais pobre da população, em relação ao total de benefícios desses programas. Essas informações estão disponíveis no gráfico a seguir, no qual pode-se notar que a Argentina destina mais de 50% de seus benefícios para o quintil mais pobre de sua população, o que revela que está direcionando seus recursos de forma adequada para o grupo que mais necessita deles, além de que essa proporção é superior aos demais países analisados.

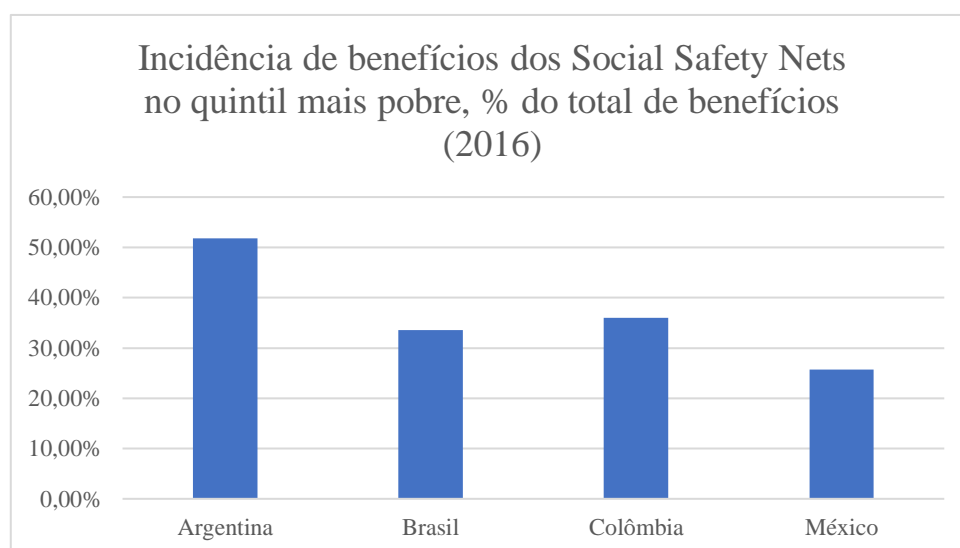


Figura 5 – Incidência de benefícios dos programas de Social Safety Nets no quintil mais pobre da população em 2016

#### 5.4 EFEITOS SOBRE O NÍVEL DE POBREZA

Apesar de a seção de Revisão de Literatura já ter exposto uma série de resultados obtidos pelos programas condicionados de transferência de renda, a seguir serão trazidos dados referentes a redução do percentual de pessoas vivendo na pobreza em relação ao total da população, para que possa ser feita uma análise comparativa de forma mais padronizada. Os dados foram extraídos do *The State of Social Safety Nets 2018*, e utilizam como referência para redução na pobreza tanto o quintil mais pobre, quanto a linha de pobreza de 1,90 dólares por dia.

		Redução na pobreza, % da população	
País	Ano	Quintil mais pobre	Linha de pobreza de 1,90 dólares
Argentina	2013	6,46	60,09
Brasil	2015	10,9	39,39
Colômbia	2014	6,54	15,74
México	2012	13,18	36,18

*Tabela 2 – A redução na pobreza como resultado dos programas condicionados de transferência de renda*

A partir da tabela, pode-se verificar que a medida ou indicador escolhido para a análise de algum impacto pode influenciar qual será o resultado obtido. Sendo assim, em relação ao quintil mais pobre da população, o México foi o país mais efetivo na atuação para reduzir a pobreza como efeito de seu programa de transferência de renda. No entanto, em termos da linha de pobreza de 1,90 dólares por dia, a redução mais significativa foi atingida pela Argentina.

## 6. OS EFEITOS SOBRE AS FAMÍLIAS

### 6.1 ADEQUAÇÃO DOS PROGRAMAS

Conforme explicitado anteriormente, a opção das famílias por manter os filhos nas escolas é uma forma de investimento – o investimento em capital humano. Por conta da participação nos programas de transferência condicionada de renda, ao optarem por manter seus filhos na escola, as famílias têm a oportunidade de ter um retorno já no curto prazo, que se materializa na forma do benefício concedido pelo programa, além de que receberão o retorno de seu investimento no futuro, quando os filhos adquirirem maior grau de escolaridade e, por consequência, receberem maiores salários. Nesse sentido, o valor do benefício é calculado de modo a representar um ganho representativo na renda, pois caso contrário, seria mais vantajoso incentivar as crianças a trabalharem e contribuírem com o sustento da família.

O Banco Mundial também possui estatísticas para a adequação dos programas de *Social Safety Nets*, que é medida pelo valor total da transferência recebida pelos beneficiários como uma porcentagem da renda total da família. Novamente, serão utilizadas informações para o ano de 2016, devido a indisponibilidade das mesmas para 2015. A figura abaixo consolida esses dados para os países estudados, e revela que o Brasil é o país cujo benefício corresponde a maior proporção da renda total das famílias participantes, representando mais de 19%. Ou seja, o Bolsa Família é uma parte muito relevante da renda dos beneficiários no Brasil.



Figura 6 – Adequação dos programas de Social Safety Nets em 2016

## 6.2 COMPARAÇÃO DO BENEFÍCIO COM O SALÁRIO

Apenas para realizar a comparação, tendo em vista que o livro *The State of Social Safety Nets 2018* somente possui esses dados disponíveis para países selecionados, a tabela abaixo contém o valor da transferência mensal com base na Paridade do Poder de Compra (PPC) de 2011. Com essas informações, pode-se verificar que, comparativamente, o valor do benefício na Argentina é muito superior ao dos demais países.

País	Ano	Valor da transferência segundo a PPC 2011
Argentina	2016	468
Brasil	2016	101
México	2015	58

Tabela 3 – Valor das transferências segundo a Paridade do Poder de Compra em 2011

Buscando entender o trade-off enfrentado pelas famílias na escolha entre a educação de seus filhos ou a participação no mercado de trabalho a fim de obter uma renda, pode-se comparar o valor do benefício oferecido pelos programas em relação ao salário obtido ao trabalhar. Para efeito de comparação, será utilizado o salário mínimo dos países, obtido através de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e está disponível na tabela a seguir.

País	Ano	Salário mínimo mensal
Argentina	2019	350*
Brasil	2019	253*
Colômbia	2019	252*
México	2019	216**

Tabela 4 – Salário mínimo mensal em 2019

\* Dólares norte-americanos correntes

\*\* Paridade de poder de compra para dólares norte-americanos em 2019

Com base nas informações acerca dos salários e valores das transferências e tendo em mente que estes se referem a diferentes anos e que estão sendo utilizados para efeito de comparação, é possível verificar que o valor do benefício oferecido na Argentina é maior do que o salário mínimo, além de que ambos são superiores aos dos demais países.

O valor do benefício no Brasil representa aproximadamente 40% do salário mínimo. Já para o México, o benefício é referente a quase 27% do valor do salário mínimo.

## 7. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise comparativa de diferentes programas condicionados de transferência de renda na América Latina. Para tanto, foram utilizados dados dos programas vigentes na Argentina, Brasil, Colômbia e México, visto que possuem condicionalidades e características semelhantes, tanto no que diz respeito aos programas em si, quanto a estrutura dos países. Por meio de dados referentes a gastos em termos de PIB, cobertura da população, adequação dos benefícios e estudos sobre os incentivos enfrentados pelas famílias, foi possível adotar uma perspectiva comparativa para entender como um programa pode estar sendo mais eficiente em sua alocação fiscal, bem como em relação a obtenção de resultados envolvendo a redução no nível de pobreza.

É importante ressaltar que por se tratar de um estudo envolvendo diferentes países, a indisponibilidade de dados e micro dados acabam por comprometer certos pontos, portanto os resultados obtidos podem não ser uma correspondência exata da realidade. Além disso, também devido a falta de algumas informações, foi feita uma análise comparativa dos dados, não tendo sido utilizados métodos econométricos de regressão entre variáveis, logo, alguns efeitos podem ter sido identificados de forma incompleta.

Ao verificar os programas sob a ótica macroeconômica, foi possível identificar que a Argentina é o país que gasta maior porcentagem do PIB com seu programa condicionado de transferência de renda. O México e o Brasil apresentam gastos percentuais do PIB muito próximos entre si, no entanto o México é capaz de atingir maior proporção de sua população, de forma direta e indireta, o que o torna mais eficiente em termos de custos do que o Brasil. Em relação aos gastos por beneficiário, a Argentina é o país que apresenta maior valor, com aproximadamente 845 dólares por ano, o que torna seu programa bastante custoso, além de que este é superior ao dos demais países. No que diz respeito a redução no nível de pobreza, o México e a Argentina foram os países que apresentaram resultados mais positivos entre os estudados.

Em relação às famílias, foi possível verificar que o Brasil é o país cujo benefício representa maior proporção da renda total das famílias beneficiárias, revelando a importância que o programa possui para elas. Verificando em termos de salários, nota-se que a Argentina apresenta um valor de benefício próximo do salário mínimo, enquanto



no Brasil e no México, a transferência corresponde, de forma aproximada, a 40 e 27% do salário mínimo, respectivamente.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Administración Nacional de la Seguridad Social. Disponível em: <https://www.anses.gob.ar/institucional/datos-abiertos>. Acesso em 19 dez. 2020

CAMARGO, JOSÉ MARCIO; ALMEIDA, HEITOR (1994): Human capital investment and poverty, Texto para discussão, No. 319, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro. Acesso em 30 de mar. 2021.

CAMARGO, J. M.; DE HOLLANDA GUIMARÃES FERREIRA, F. O Benefício Social Único: uma proposta de reforma da política social no Brasil. [s. l.], 2001. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.14A2749B&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 17 abr. 2021.

Caixa Econômica Federal. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em 9 dez. 2020.

CECCHINI, S.; MARTINEZ, R. Protección social inclusiva en América Latina: una mirada integral, un enfoque de derechos. Libros de la CEPAL. Santiago, Chile, 2011. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://equidadparalainfancia.org/wp-content/uploads/2015/09/Protecci%C3%B3n-social-inclusiva-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em 2 de mar. 2021.

DÁVILA LÁRRAGA, L. G. How does Prospera Work?: Best Practices in the Implementation of Conditional Cash Transfer Programs in Latin America and the Caribbean ; ¿Cómo funciona Prospera?: Mejores prácticas en la implementación de Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas en América Latina y el Caribe. [s. l.], 2016. DOI 10.18235/0000289. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.2ABC5B8D&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 12 dez. 2020.

GERARDO DAMONTE; MANUEL GLAVE. CCT Programmes: An Overview of the Latin American Experience. [s. l.], 2011. DOI 10.13140/RG.2.1.1622.7045.

Disponível em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.69CAA585&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 11 dez. 2020.

GODDE, LISA. Cash for a better future? An impact evaluation of a Conditional Cash Transfer program on child labour in Colombia. Nova Scotia, Canada, 2015. Disponível em:

[https://www.academia.edu/12811880/Cash\\_for\\_a\\_better\\_future\\_An\\_impact\\_evaluation\\_of\\_a\\_Conditional\\_Cash\\_Transfer\\_Program\\_on\\_child\\_labour\\_in\\_Colombia?email\\_work\\_card=view-paper](https://www.academia.edu/12811880/Cash_for_a_better_future_An_impact_evaluation_of_a_Conditional_Cash_Transfer_Program_on_child_labour_in_Colombia?email_work_card=view-paper). Acesso em 10 fev. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. ILOSTAT, 2021. Statistics on wages. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/topics/wages/>. Acesso em 20 de jun. 2021.

JACOB MINCER. Human Capital and Economic Growth. [s. l.], [s. d.]. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.83AF06DB&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 22 maio. 2021.

ORAZIO ATTANASIO et al. Child education and work choices in the presence of a conditional cash transfer programme in rural Colombia (Working paper WP06/13). London: The Institute for Fiscal Studies. [s. l.], 2006. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.3B23DCF8&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 11 dez. 2020

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Real minimum wages, 2021. Disponível em: <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=RMW>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PAUL GLEWWE; ANA LUCIA KASSOUF. The Impact of the Bolsa Escola/FamiliaConditional Cash Transfer Program on Enrollment, Grade Promotion and Drop outRates in Brazil. [s. l.], [s. d.].

Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.539EF8CE&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 11 dez. 2020

QUIROGA FORERO, B. M. Trabajo infantil en los niños y jóvenes beneficiarios del programa familias en acción: Una evaluación de impacto. Bogotá, DC: Fedesarrollo, 2006. Disponível em:

[https://www.repository.fedesarrollo.org.co/bitstream/handle/11445/1098/Co\\_So\\_Diciembre\\_2006\\_Quiroga.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://www.repository.fedesarrollo.org.co/bitstream/handle/11445/1098/Co_So_Diciembre_2006_Quiroga.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em 10 fev. 2021.

SALVIA, A.; TUÑÓN, I.; POY, S. Asignación Universal por Hijo para Protección Social: impacto sobre el bienestar económico y el desarrollo humano de la infancia / Asignación Universal por Hijo para Protección Social: Impact on Economic Welfare and Childhood Human Development. Población y sociedad, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 101–134, 2015. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edssci&AN=edssci.S1852.85622015000200004&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 12 dez. 2020

SIMONE CECCHINI. Funcionam os Programas de TCR nos Países de Baixa Renda? [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.FB92730D&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 22 maio. 2021.

Social Panorama of Latin America 2019. [s. l.], 2019. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.3A525E5E&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 7 abr. 2021.

SUSAN W. PARKER; TOM VOGL. Do Conditional Cash Transfers Improve Economic Outcomes in the Next Generation? Evidence from Mexico. [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.652D2B83&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SKOUFIAS, E.; PARKER, S. W. Conditional cash transfers and their impact on child

work and schooling; evidence from the PROGRESA program in Mexico. United States, North America: International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2001. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.21DB72FD&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 12 dez. 2020.

World Bank Open Data. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator?tab=all>. Acesso em 7 abr. 2021.

WORLD BANK. The State of Social Safety Nets 2018. Web server without geographic relation, Web server without geographic relation (org): Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.FCFE749C&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 30 maio. 2021.